

Lula da Silva, análise de política externa brasileira e relações internacionais da América Latina: a qualidade da democracia e o meio ambiente em perspectiva

Lula da Silva, Brazilian foreign policy analysis and international relations in Latin America: the quality of democracy and the environment in perspective

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.133286>

Carlos Federico Domínguez Avila

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

carlos.dominguez.avila@gmail.com  

Hugo Rogelio Suppo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

hugorogeliosuppo@mac.com  

Resumo

O artigo examina a conjuntura e o devir da política externa e da inserção internacional brasileira na macrorregião latino-americana, por ocasião do início do novo governo de Brasília, encabeçado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as iniciativas sobre política regional apresentadas durante os cem primeiros dias do novo governo de Brasília, especialmente no que tange aos temas da promoção da democracia e de defesa do meio ambiente. Em termos teóricos, a pesquisa é pautada na influência do pluralismo e do neorrepúblicaismo nas Relações Internacionais, com destaque para o conceito da paz democrática. Igualmente, é importante assinalar o diálogo com as teorias de alcance intermediário disponíveis para o estudo da inserção de potências regionais, com o ambientalismo global, e com as denominadas teorias não-ocidentais. Metodologicamente, trata-se de um ensaio de interpretação. O texto também se apoia na análise de política externa, formação de cenários prospectivos e na análise documental. As principais fontes utilizadas são documentos diplomáticos, hemerográficos e literatura especializada. Ainda que não isento de contradições e percalços, conclui-se que os resultados operativos observados nos primeiros meses são alentadores para as autoridades político-diplomáticas incumbidas de propor a revisão da agenda.

Palavras-chave: Brasil; América Latina; Análise de política externa; Regime político; Desenvolvimento sustentável.

Abstract

The article examines the conjuncture and future of Brazilian foreign policy and its international insertion in the Latin American macro-region, on the occasion of the beginning of the new government in Brasília, headed by President Luiz Inácio Lula da Silva. The general objective of the research proposes to analyze the initiatives on regional policy presented during the first hundred days of the new government in Brasília, especially regarding the topics of promoting democracy and defending the environment. In theoretical terms, the research accepts the influence of pluralism and neorepublicanism in International Relations, notably the concept of democratic peace. Likewise, it is important to point out the dialogue with the intermediate range theories available for the study of the insertion of regional powers, global environmentalism, as well as the so-called non-Western theories. Methodologically, this is an interpretation essay. The text is also based on the analysis of foreign policy, formation of prospective scenarios and document analysis. The main sources used are diplomatic documents, hemerographic archives and specialized literature. Although not exempt from contradictions and setbacks, it is concluded that the operational results observed in the first months seem to be encouraging for the political-diplomatic authorities responsible for proposing a review of the agenda.

Keywords: Brazil; Latin America; Foreign policy analysis; Political regime; Sustainable development.

Recebido: 16 Junho 2023
Aceito: 16 Novembro 2023

Carlos F. Domínguez Avila agradece a bolsa de pós-doutorado sênior concedida pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj. Os autores também agradecem os comentários de Patrícia Sunah de Negreiros Lopes, Aldira G. Duarte, Carlos E. Vidigal, Leonardo Granato e Virgílio Arraes.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte original sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Na última década, a sociedade e o Estado brasileiro conviveram com um processo de erosão da democracia, conforme assinalou a maioria dos principais centros de estudos especializados na temática (V-DEM, 2023). Tal situação teve repercussões no tocante à formulação e implementação da política externa, em particular, e na inserção internacional regional e global. Sendo assim, a vitória eleitoral da frente ampla encabeçada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) e Geraldo Alckmin (Partido Socialista Brasileiro) nas eleições gerais de outubro de 2022 representou, como mínimo, uma demonstração de vontade de mudança político-social e recomposição do regime democrático.

Sabe-se que no período pós-eleitoral (novembro e dezembro de 2022) houve de parte das autoridades eleitas um esforço para repensar as relações entre a sociedade e o Estado, bem como para ajustar as diferentes dimensões da política externa. Vale destacar que a chancelaria foi encomendada ao embaixador Mauro Vieira. Por sua vez, o ex-chanceler Celso Amorim foi nomeado como assessor especial da presidência da República para assuntos internacionais. Eis os principais homens de Estado – ou sistema de finalidade, nos dizeres de Duroselle (2000) – encarregados da gestão da agenda de política externa do novo governo de Brasília.

Nesse marco, o objetivo deste ensaio de interpretação é examinar a conjuntura e o devir das relações do Brasil com o conjunto dos países latino-americanos e caribenhos, principalmente em relação aos temas de promoção da democracia e defesa do meio ambiente, bem como propor cenários prospectivos com base na análise dos cem primeiros dias do novo período presidencial. A pergunta orientadora do texto é a seguinte: ao longo dos primeiros cem dias do novo governo de Brasília, quais foram as principais iniciativas impulsionadas na agenda de trabalho com a macrorregião latino-americana?

O argumento do artigo sustenta que no referido período houve um deliberado esforço político-diplomático brasileiro orientado para recompor as relações com os países vizinhos, sob uma perspectiva de paz, democracia, desenvolvimento, republicanismo e solidariedade, tanto em termos bilaterais, quanto multilaterais. Cumpre acrescentar que essa diligência tem amparo constitucional, nos seguintes termos: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, Constituição Federal, artigo 4º, parágrafo único, 1988). No meio desse esforço concentrado, os tópicos de promoção da democracia e proteção do meio ambiente assumiram uma relevância muito expressiva.

Em termos teóricos, o artigo assume a influência das teorias pluralista e neorrepublicana das relações internacionais – principalmente o conceito da paz democrática.¹ Também são importantes as teorias de alcance intermediário sobre a inserção de potências regionais, o ambientalismo global e as teorias não-ocidentais (KAUPPI; VIOTTI, 2019). No tocante ao embasamento metodológico, o texto adota o estilo de ensaio de interpretação². Ou seja, um ensaio alicerçado em evidência e inferências geradas a partir da análise de documentos, fatos e dados relativos à política externa brasileira observada ao longo do primeiro semestre de 2023. Também são importantes as experiências prévias no tocante à análise de política externa, formação de cenários prospectivos e pesquisa acadêmica sobre as relações internacionais da América Latina na contemporaneidade (RAMANZINI; FARIAS, 2021). Como unidades de análise e fontes de informação foram utilizados discursos de autoridades e documentos diplomáticos disponibilizados em redes, bem como fontes hemerográficas e literatura especializada. Todos eles afins a uma temática ainda em desenvolvimento (SUPPO, 2022).

¹ O conceito de paz democrática sugere que – historicamente – unidades políticas governadas por regimes de orientação democrática quase nunca travaram guerras entre si. Logo, eventuais conflitos geralmente são resolvidos pela via do compromisso, da construção de confiança e da negociação. Essa adversão às guerras muitas vezes é atribuída aos controles constitucionais, opinião pública, sociedade civil organizada e existência de acordos regionais de segurança. Sendo assim, para uma região como a latino-americana e caribenha é importante que o regime democrático seja enraizado, o populismo seja contido e o autoritarismo seja rejeitado.

² Sob o ponto de vista metodológico, a escolha pela alternativa do ensaio de interpretação, entendido como um texto de reflexão acadêmica acerca de problemas do tempo presente, se justifica pelo fato de serem aqui abordados acontecimentos ainda em desdobramento (análise de conjuntura). Sabe-se, em paralelo, que os autores do ensaio não têm uma visão retrospectiva completa, global ou definitiva dos eventos. Destarte, o artigo procura fazer um balanço parcial – principalmente na pauta da promoção da democracia e da defesa do meio ambiente –, bem como abrir o caminho para futuras reflexões sobre o desenvolvimento da política externa brasileira e das relações internacionais da América Latina, no marco do novo governo encabeçado pelo presidente Lula da Silva. Todavia, o texto se insere no enfoque das análises de política externa (RAMANZINI; FARIAS, 2021).

A estrutura interna do trabalho inclui, além desta Introdução, três partes principais, as considerações finais e as referências bibliográficas. Na parte intitulada “Regime político e inserção internacional: o imperativo democrático” delibera-se sobre a grande relevância que assumiu esse tema no caso brasileiro, especialmente após um grave processo de erosão da democracia observado nos últimos anos, que culminou nos dramáticos acontecimentos registrados no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Argumenta-se que a recomposição do regime político tem um importante impacto na formulação e implementação da política externa e inserção internacional. Algo comparável pondera-se na parte subsequente, cognominada de: “Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e inserção internacional: um desafio *interméstico*”. E na terceira parte, denominada: “Cenários prospectivos”, são projetados futuros possíveis, com base na análise dos principais acontecimentos ocorridos ao longo dos primeiros cem dias do novo governo.

Regime político e inserção internacional: o imperativo democrático

Promover a democracia, conter o populismo e resistir ao autoritarismo são desafios fundamentais no Brasil, no continente latino-americano e alhures. Os graves acontecimentos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília sugerem, entre outras questões, que a qualidade do regime político democrático brasileiro continua sendo ameaçada por atores político-sociais extremistas (CONGRESSO NACIONAL, 2023). Sendo assim, a defesa e promoção da democracia precisa ser assumida nos mais diversos cenários, até mesmo no tocante à política externa e inserção internacional, principalmente em um contexto global favorável à autocratização, conforme corroboram os principais analistas e centros de pesquisa sobre o assunto (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019).

Com efeito, relatórios publicados recentemente pelo projeto Variedades da Democracia (V-DEM, 2023), Idea Internacional ou Latinobarómetro (2023), alertam que desde a irregular interrupção do mandato presidencial de Dilma Rousseff, em 2016, o Brasil convivia com uma situação de persistente erosão da democracia. *Mutatis mutandis*, a vitória eleitoral da oposição nas eleições gerais de outubro de 2022 representou muito mais que a autorização e legitimação de um novo governo. Tratou-se de um primeiro passo em favor da recomposição do regime democrático-representativo.

Em paralelo, sabe-se que o Brasil é uma das maiores democracias do planeta, com um censo de mais de 156 milhões de eleitores. Por conseguinte, o país é frequentemente considerado como a mais volumosa democracia da região latino-americana e caribenha, bem como uma das mais importantes do mundo todo. Concomitantemente, para além de suas implicações domésticas, é evidente que uma mudança de regime político no país (democratização-autocratização) transbordaria as suas fronteiras e provocaria impactos importantes na macrorregião, quer em termos bilaterais, quer em termos multilaterais, principalmente naqueles processos de integração, foros e mecanismos de consulta e concertação político-diplomática de alto nível que aceitam e respeitam a existência de cláusulas democráticas. Eis o caso do Mercado Comum do Sul, e em menor medida da Organização dos Estados Americanos, da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos e/ou da União de Nações Sul-americanas.

Mesmo reconhecendo que nem todas as teorias de relações internacionais coincidem nas prováveis correlações e afinidades eletivas entre regime político, política externa e inserção internacional – quer dizer, no tocante à convalidação do conceito da paz democrática. Ou que é muito complexa e tensa a vinculação entre os princípios da não-intervenção nos assuntos internos, de um lado, e da não-indiferença (dever ou direito de ingerência), de outro. Neste artigo aceita-se que a promoção do regime político democrático é uma diretriz de política externa e de inserção internacional, principalmente no tocante às relações do Brasil com os Estados vizinhos. Além disso, corrobora-se que na tarefa de promover a democracia no exterior participam tanto diplomatas quanto autoridades de alto nível político – inclusive em termos presidenciais.

A esse respeito, lembre-se que, mesmo não estando isenta de dificuldades e contradições, atualmente a América Latina é a terceira região mais democrática do mundo. Tomando como certas as informações contidas no mais recente relatório do projeto Variedades da Democracia (V-DEM, 2023), 19 de 25 Estados da região, que albergam por volta de 87%

da população total, apresentam governos de orientação democrática³. Ao mesmo tempo, independentemente das preferências ideológicas (direita, centro ou esquerda), a maioria dos atores político-sociais domésticos aceita e respeita as normas procedimentais e institucionais, bem como os valores cívico-republicanos, próprios do regime democrático.

Dito isso, é relevante acrescentar que antes, durante e após a posse de seu terceiro mandato presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva (2023b), bem como outras autoridades, manifestaram através de diferentes canais sua disposição de promover e defender a qualidade da democracia, tanto em termos domésticos, quanto em termos macrorregionais. Note-se que a recomposição da qualidade da democracia brasileira é uma tarefa bastante significativa e transcendente, principalmente após um período de erosão do regime, de des-democratização e mesmo de autocratização. Cumpre sublinhar que entre as tarefas mencionadas explicitamente pelo mandatário destacou-se a questão da luta contra a desinformação (*fake news*), o discurso de ódio, a segurança cibernética e assuntos conexos (LULA DA SILVA, 2022). Nesse mesmo sentido, foram muito importantes as audiências do chanceler Mauro Vieira (2023a; 2023b) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para esclarecer, deliberar e justificar perante representantes da cidadania, acerca das prioridades e opções do governo no assunto em questão.

No plano externo, é recomendável destacar que os resultados das eleições de outubro de 2022 e a posse do presidente Lula foram saudados e recebidos com satisfação por quase todos os atores do sistema internacional (BBC BRASIL, 2022). Inversamente, a ação antidemocrática de 8 de janeiro de 2023 foi condenada pelos mesmos atores, especialmente desde países latino-americanos e caribenhos. Sob uma perspectiva contrafactual, a fraudulenta reeleição do mandatário anterior ou uma antirrepublicana interrupção do mandato presidencial pela via de uma violenta abolição do Estado de Direito após os episódios de 8 de janeiro certamente teriam colocado o Brasil na categoria do autoritarismo eleitoral; isto é, um regime iliberal, híbrido e autocrático, com graves consequências domésticas, continentais e mesmo globais (VIEIRA, 2023a).

Em retrospectiva, durante os primeiros cem dias, o governo lulista foi compelido a colocar o tema da promoção e defesa da democracia em um lugar de destaque, até mesmo no tocante à formulação e implementação da política externa, bem como da inserção internacional brasileira, principalmente no contexto latino-americano. A questão da promoção e defesa do regime democrático no Brasil aparece de forma mais ou menos explícita em numerosos discursos e documentos presidenciais. Ponderações nessa linha podem ser corroboradas, por exemplo, no discurso de abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2023. Na ocasião, o presidente Lula da Silva (2023a) afirmou o seguinte:

Se hoje retorno na honrosa condição de presidente do Brasil, é graças à vitória da democracia em meu país. A democracia garantiu que superássemos o ódio, a desinformação e a opressão. A esperança, mais uma vez, venceu o medo. Nossa missão é unir o Brasil e reconstruir um país soberano, justo, sustentável, solidário, generoso e alegre. O Brasil está se reencontrando consigo mesmo, com nossa região [latino-americana], com o mundo e com o multilateralismo. Como não me canso de repetir, o Brasil está de volta. Nosso país está de volta para dar sua devida contribuição ao enfrentamento dos principais desafios globais.

Infere-se desse tipo de ponderações que abordar a diretriz da promoção da democracia com representantes de outros países com regimes políticos de igual índole – mesmo que em distintos estágios de desenvolvimento e desempenho – parece ser bem mais construtivo e favorável, quando comparado ao diálogo com representantes de países autocráticos, híbridos ou iliberais. A numerosa presença de mandatários e líderes políticos latino-americanos na posse do novo governo brasileiro, em 1º de janeiro de 2023, corrobora essa apreciação. Por falar nisso, sob um ponto de vista acadêmico, bem como do interesse nacional, é cada vez mais evidente que o Estado brasileiro poderia contribuir no desenvolvimento político-eleitoral e institucional de outros países da região, até mesmo no caso de nações com alto, médio ou baixo desempenho democrático (V-DEM, 2023).

³ Segundo o referido relatório de V-DEM (2023), para um total de 25 Estados latino-americanos e caribenhos, seis países não poderiam ser considerados como democracias – que liberais, quer eleitorais. Eis os casos de: El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Venezuela, Haiti e Cuba.

De todo modo, é plausível propor que a cooperação técnica bilateral ou multilateral oferecida pelo governo brasileiro – tanto pelo Ministério das Relações Exteriores, quanto por outras dependências do poder Executivo, ou mesmo por outros poderes da República – inclua tópicos diretamente relacionados ao aprimoramento dos regimes políticos em países vizinhos. Um bom exemplo é o caso da cooperação em material de gestão e justiça eleitoral, com foco na urna eletrônica brasileira. Algo semelhante poder-se-ia ponderar relativamente à luta conjunta contra o uso e abuso das redes sociais para divulgar desinformação, discurso de ódio e crimes cibernéticos conexos. Um posicionamento mais incisivo nessa matéria de parte de representantes diplomáticos brasileiros em certos organismos internacionais e mecanismos de consulta e concertação política de alto nível hemisféricos e globais também é alternativa a ser considerada como desdobramento natural das afinidades eletivas entre regime político, política externa e inserção internacional (BELÉM LOPES, 2023).

Concomitantemente, é admissível que organizações da sociedade civil, movimentos sociais, comunidade acadêmica e partidos políticos brasileiros fortaleçam suas redes transnacionais e a interação com entidades semelhantes de países vizinhos com intuito de apoiar a consolidação, a defesa e promoção da democracia no conjunto da região. Evidentemente, esse tipo de ações vai para além da política externa do governo de Brasília. Com efeito, trata-se de iniciativas importantes sob a perspectiva da inserção internacional, do diálogo civilizacional e da cooperação internacional para o desenvolvimento Sul-Sul (BORGES, 2023).

Muito mais complexas e dificultosas se apresentam as eventuais contribuições no caso de países com governos de orientação autoritária, em processo de des-democratização e/ou em situação de erosão democrática. Sabe-se que em um mundo imperfeito e no contexto da denominada terceira onda de autocratização global, bem como sob o argumento da razão de Estado e do realismo/pragmatismo, muitas vezes é necessário manter relações políticas, econômicas e de segurança com governos de orientação autoritária, mesmo em nosso continente. Eis o cenário político-social presente em seis países supracitados (conferir nota de rodapé n. 3), além do dever do caso peruano após a turbulenta destituição do presidente Pedro Castillo, em dezembro de 2022⁴.

As relações do Brasil com a Venezuela de Nicolás Maduro, a Nicarágua de Daniel Ortega e Cuba de Miguel Díaz-Canel são particularmente complicadas e custosas para o governo de Lula da Silva, inclusive em termos de política doméstica, em virtude de algumas afinidades e convergências partidaristas, ideológicas e até pessoais. Para citar um único exemplo, Lula conhece o presidente Daniel Ortega desde julho de 1980, quando participou em Manágua das celebrações do primeiro aniversário do triunfo da revolução sandinista.

Desse modo, as relações do Brasil com o governo de Caracas são especialmente delicadas e transcendentais no tocante à promoção e defesa da democracia latino-americana, pelas suas repercussões bilaterais e multilaterais com um país fronteiriço e tradicionalmente amistoso. Ocorre que, no marco de um agudo processo de erosão da democracia, atualmente a Venezuela do presidente Maduro é considerada como um caso de autoritarismo eleitoral ou competitivo. Tratar-se-ia, aliás, do único governo de orientação autoritária na América do Sul. Após um longo período de distanciamento, tensões e divergências, a posse do governo de Lula oferece oportunidades e riscos no reerguimento e recomposição das relações entre as partes. Algo semelhante poder-se-ia ponderar no tocante às relações do Brasil com a Nicarágua, Cuba, El Salvador, Guatemala e o peculiar caso do Haiti (IORIS, 2023).

⁴ Em contraposição, é digno de assinalar que as cruciais eleições guatemaltecas de agosto de 2023, que resultaram no triunfo de Bernardo Arévalo, permitem conjecturar acerca de uma recomposição democrática nesse país do continente. Mesmo assim, em seu discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Lula da Silva (2023a) alertou o seguinte: “Na Guatemala, há o risco de um golpe, que impediria a posse do vencedor de eleições democráticas.” Alguns dias depois, em 2 de outubro, o Ministério das Relações Exteriores (2023a) emitiu nota à imprensa ainda mais direta, manifestando a preocupação do governo brasileiro “com as sucessivas perturbações que têm comprometido o normal andamento do processo de transição de poder na Guatemala”. Sendo assim, na parte resolutiva, informou-se o seguinte: “o governo brasileiro exorta as autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da Guatemala a atuarem em estrita observância de suas responsabilidades e esferas de competência, com vistas a fazerem cumprir a vontade popular, assegurando às autoridades eleitas as condições necessárias à posse e ao pleno exercício de seus mandatos sufragados nas urnas”.

Grosso modo, entende-se que o governo brasileiro poderia apoiar os esforços político-diplomáticos orientados a conseguir uma abertura e transição democrático-republicana naqueles países. Sabe-se que as realidades nacionais são diferenciadas, principalmente no tocante à legitimidade do Estado (Haiti), legitimidade do regime político (Cuba) ou legitimidade do sistema de partidos e das lideranças (Nicarágua, Venezuela, El Salvador, Guatemala). Em vista disso, a eventual promoção da democracia em cada um desses países deverá reconhecer suas respectivas peculiaridades, até mesmo no referente aos atores domésticos mais representativos nessas sociedades e Estados. Dessa forma, a contribuição de outros atores da comunidade internacional – principalmente dos vizinhos latino-americanos e caribenhos – será muito importante. Ao mesmo tempo, é necessário ter presente que favorecer uma recomposição democrática naqueles países não pode ser entendido como uma indevida, hostil e inamistosa intervenção nos seus respectivos assuntos internos, muito menos como a prolongação lógica de agendas de terceiras potências com interesses geopolíticos globais – em particular dos Estados Unidos ou de outras nações ocidentais (DOMÍNGUEZ, 2022).

Em síntese, ao mesmo tempo em que se retoma e prospera na agenda de recomposição democrática dentro do próprio Brasil, é aceitável plantear que, ao longo dos primeiros cem dias do novo governo e no futuro próximo, a diretriz da defesa e promoção da democracia seja gradualmente incorporada na formulação e implementação da política brasileira para o conjunto dos países latino-americanos e caribenhos. Haja vista o processo de erosão democrática observado ao menos desde 2016, que culminou nos lamentáveis acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023, bem como de evidência recentemente disponibilizada, infere-se que a defesa do regime político se apresenta como um imperativo incontornável para as autoridades e outras lideranças políticas, diplomáticas e sociais (VIEIRA, 2023b). Todavia, esse consenso em defesa do regime político gera importantes desdobramentos na inserção internacional brasileira, principalmente no contexto macrorregional latino-americano e caribenho.

Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e inserção internacional: um desafio *interméstico*

Se promover a democracia é desafio no campo do diálogo intrarregional, a mudança na condução da agenda ambiental é temática igualmente relevante na política externa e inserção internacional brasileira ao longo do terceiro mandato constitucional do presidente Lula da Silva. Sabe-se que as correlações entre meio ambiente e relações internacionais apresentam uma trajetória e continuidade de várias décadas, principalmente a partir da conferência de Estocolmo, em 1972. Recentemente, o assunto ganhou destaque no contexto das mudanças climáticas, transição energética, desmatamento de florestas tropicais, poluição, desertificação, ruptura de ecossistemas, perda de biodiversidade, uso político dos recursos naturais (água doce, alimentos) e outras tendências negativas semelhantes, que colocaram em dúvida as capacidades futuras de desenvolvimento da atividade humana no planeta e, por conseguinte, no continente latino-americano (PONTES, 2023).

Observe-se que, para além dos aspectos de ordem estritamente ecológica, a problemática ambiental apresenta desdobramentos multidimensionais, até no campo da saúde (pandemia da covid-19), da economia (desenvolvimento sustentável, economia verde), da sociedade (direitos humanos, povos originários), da política (movimento ambientalista, partidos verdes) ou da cultura (mudanças nos padrões de consumo). Em paralelo, é inegável que as mudanças climáticas também provocaram graves impactos no continente latino-americano, com destaque para processos de desertificação, aquecimento (efeito estufa), destruição de florestas e outros biomas, ou eventos meteorológicos adversos (furacões, enchentes) (BRAUN, 2023).

Todavia, o Brasil e outros países do continente abrigam importantíssimos ativos ambientais. Logo, sua participação ativa em organismos, foros e mecanismos de consulta e concertação de alto nível geralmente é apreciada. Tal situação também acontece no caso de países relativamente pequenos, como a Costa Rica, que conseguiram posicionar-se de forma bastante proativa, construtiva e destacada no assunto em questão, especialmente no marco das Conferências das Partes

da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas-COP, realizadas desde a cimeira sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, comumente denominada de Eco-92, no Rio de Janeiro.

Em contraste com o posicionamento do governo anterior, durante os primeiros cem dias do mandato lulista houve importantes ajustamentos na pauta ambiental doméstica e externa. Cumpre acrescentar que o tema ambiental se caracteriza, precisamente, pela sua natureza *interméstica*. Isto é, tanto internacional como doméstica. Por conseguinte, ainda na época da campanha eleitoral de 2022, a coalizão da frente ampla encabeçada por Lula e Alckmin procurou o apoio e respaldo de reconhecidas lideranças ambientalistas brasileiras, com destaque para Marina Silva, Sônia Guajajara ou o cacique Raoni Metuktire. Concomitantemente, ainda antes da posse, o presidente-eleito e alguns de seus futuros colaboradores foram convidados a participar na COP-27, no Egito. Na ocasião, os visitantes brasileiros colocaram perante a comunidade internacional algumas das principais pautas da agenda ambientalista brasileira em formação (GABINETE DE TRANSIÇÃO, 2022).

Para os fins do presente artigo é relevante assinalar que, sob uma perspectiva de política externa e inserção internacional, a temática ambiental pressupõe oportunidades, desafios e ameaças ao novo governo de Brasília, particularmente no tocante à gestão da floresta amazônica. Do lado das oportunidades, é importante destacar que frequentemente o Brasil é considerado como uma das principais potências hemisféricas e globais no assunto. Essa qualidade de potência ambiental lhe outorga grande visibilidade, prestígio e legitimidade, sobretudo com a presença de autoridades setoriais de alto perfil, encabeçadas pela ministra Marina Silva.

A credibilidade do novo posicionamento do governo brasileiro foi imediatamente reconhecida pela comunidade internacional, até mesmo com a reativação e ampliação do denominado Fundo Amazônico, a aprovação da candidatura para sediar a COP-30 na cidade de Belém (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023c), a predisposição a avançar na ratificação do denominado Acordo de Escazú, a decisão de sediar a denominada Cúpula da Amazônia (agosto), bem como a reativação do diálogo político de alto nível no contexto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica-Otca (LIMA; DIAS, 2023). A esse respeito, em seu discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Lula da Silva (2023a) ponderou o seguinte:

Retomamos uma robusta e renovada agenda amazônica, com ações de fiscalização e combate a crimes ambientais. Ao longo dos últimos oito meses, o desmatamento na Amazônia brasileira já foi reduzido em 48%. O mundo inteiro sempre falou da Amazônia. Agora, a Amazônia está falando por si. Sediamos, há um mês, a Cúpula de Belém, no coração da Amazônia, e lançamos nova agenda de colaboração entre os países que fazem parte daquele bioma. Somos 50 milhões de sul-americanos amazônidas, cujo futuro depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre os territórios da região.

O assunto também foi levantado pelas autoridades brasileiras em outros contatos bilaterais e multilaterais, tanto presidenciais, quanto ministeriais. Por conseguinte, espera-se que no médio e longo prazo a mudança na condução da pauta ambiental possibilite a redução do desmatamento irregular, a proteção das populações (povos originários, ribeirinhos, quilombolas), a repressão de ilícitos (narcotráfico, biopirataria, garimpo ilegal), o estímulo ao desenvolvimento sustentável, a gestão de parques e reservas naturais, e outras ações semelhantes.

Entretanto, essa mesma pauta ambientalista do novo governo brasileiro encara desafios e ameaças bastante intensas. Longe de ser uma temática pacificada, bucólica ou laudatória, durante os primeiros cem dias do governo de Lula a agenda ambiental enfrentou resistências e alguma oposição, quer em termos domésticos, quer em termos da política internacional. No plano doméstico, a agenda ambientalista experimentou percalços principalmente no Congresso Nacional, em virtude do ceticismo de parlamentares vinculados ao agronegócio, ao extrativismo (madeireiros, grileiros, garimpeiros), à segurança nacional, ao negacionismo climático e às pautas de costumes (GABRIEL, 2023). Com apoio de outros atores oposicionistas, aquela aliança contrária à pauta ambientalista conseguiu impor no parlamento severas derrotas e restrições, inclusive de natureza orçamentária, administrativa e burocrática aos ministérios de Marina Silva (Meio Ambiente) e Sônia Guajajara (Povos Originários). Algo semelhante se pode afirmar em relação à tramitação de um projeto de lei

que instituiria um marco temporal para a demarcação de terras indígenas, considerado lesivo aos interesses de povos originários e do ambientalismo (NOGUEIRA, 2023; TEIXEIRA; MACHADO, 2023).

Em paralelo, foi possível identificar algumas contradições entre as denominadas alas ou equipes “desenvolvimentistas” e “ambientalistas” do próprio governo. Acontece que ala “desenvolvimentista” demanda de um esforço concentrado para dinamizar o crescimento econômico – até do setor agropecuário, extrativista e industrial –, mesmo que isso implique algum relaxamento das normas ambientais. Evidentemente, tal posicionamento é questionado pelas autoridades ambientalistas, ainda que isso, porventura, venha a atrasar o crescimento econômico do país. As divergências entre a empresa Petróleo Brasileiro-Petrobras e o Ministério de Meio Ambiente, com relação à possível exploração de hidrocarbonetos na foz do rio Amazonas é um dos principais exemplos desse debate interministerial (SOARES, 2023).

No campo internacional, a agenda ambiental do governo de Brasília enfrenta algumas limitações, mormente no campo do financiamento para a preservação das florestas tropicais e da transferência de tecnologia (Norte-Sul). Ocorre que na última década houve numerosos acordos internacionais orientados a financiar programas e projetos de desenvolvimento sustentável em países do Sul Global. Contudo, a transferência efetiva desses recursos ficou aquém do esperado, sobretudo no contexto da pandemia de covid-19 e mais recentemente da guerra da Rússia contra Ucrânia. Além disso, não é recomendável ignorar ou desdenhar do impacto do negacionismo climático presente em sociedades e Estados com diferentes estágios no desenvolvimento humano. Logo, esses recursos externos são importantes para complementar o igualmente relevante esforço de proteção ambiental nas nações em desenvolvimento.

Em suma, a evidência consultada tende a corroborar que durante os primeiros cem dias do novo governo do presidente Lula da Silva é possível identificar luzes e sombras no tocante à condução da agenda ambiental, quer em termos domésticos, quer em termos internacionais. Eis uma verdadeira temática *interméstica*, haja vista seus importantes encadeamentos no plano local, nacional, macrorregional (latino-americano e caribenho) e mesmo global. Sabe-se que o Brasil é uma das principais potências verdes do planeta. Tal qualificativo implica oportunidades, responsabilidades, presença, liderança, prestígio e poder (brando) no cenário internacional, especialmente em uma época de altas e crescentes dificuldades setoriais. Ao mesmo tempo, a sociedade e o Estado brasileiros são eventualmente questionados por certas limitações, insuficiências e dificuldades na promoção de um desenvolvimento sustentável mais inclusivo e efetivo (DW, 2023b). Certamente, o enfoque da nova administração federal é bem superior à política ambientalista do governo anterior. Mesmo assim, os desafios e tarefas – tanto domésticas como de inserção internacional – são bastante grandes, urgentes e imperativos (MODELLI, 2023).

Cenários prospectivos

No marco da análise de política externa, a formulação de cenários prospectivos – ou *strategic foresight* – é uma atividade acadêmica que consiste em identificar futuros possíveis com base em tendências emergentes de agentes, sinais precoces e antecipação de eventos. Tal atividade acadêmica visa projetar, explorar, fornecer insumos e contribuir para o assessoramento de autoridades. Além disso, procura contribuir para o planejamento estratégico, por meio da proposição de cenários alternativos, lógicos e diversos; sejam eles baseados em modelos altamente formalizados, sistêmicos ou intuitivos. Geralmente, na análise prospectiva são consideradas variáveis como o papel dos atores (visões, interesses, comportamentos, capacidades, atitudes) e seu cálculo estratégico (objetivos, meios e riscos), bem como a reflexão sobre as consequências das ações a ser empreendidas no futuro próximo ou distante. Consequentemente, um cenário prospectivo vem a ser uma narrativa que descreve possíveis futuros que os tomadores de decisão podem ter que enfrentar (SCHWARTZ, 2014).

Sabe-se que os principais passos para a construção de cenários prospectivos são os seguintes: determinação do foco dos cenários, identificação dos fatores-chave (hierarquização), qualificação da lógica institucional envolvida, inferência descritiva e causal-explicativa dos resultados e, eventualmente, planejamento estratégico (GODET, 1996). Obviamente,

o presente exercício de previsão é relativamente modesto, focado numa função cognitiva e essencialmente pedagógico. Ou seja, com o objetivo de promover ou provocar uma discussão mais aprofundada sobre o que está em jogo para os diferentes atores envolvidos no devir da política brasileira para a América Latina, desenvolvendo visões e tentando forjar uma consciência crítica.

Posto isso, é recomendável ter presente que tanto o observado nos primeiros cem dias do novo governo, quanto a trajetória pregressa do mandatário e de muitos de seus assessores, pressupõem necessariamente a existência de um processo de reformulação da política externa para o conjunto da região latino-americana – aliás, ainda em andamento no momento da escrita deste ensaio. Mesmo que possa recuperar certos elementos e diretrizes da experiência acumulada durante períodos presidenciais anteriores, é bastante claro e evidente que a atual liderança político-diplomática de Brasília está a repensar a sua inserção no entorno imediato, sobretudo após uma época de distanciamento, tensões, turbulência e controvérsias de natureza ideológica (VIEIRA, 2003a).

A considerável presença de lideranças latino-americanas na posse do novo presidente brasileiro, as visitas de Lula da Silva a países vizinhos – Argentina e Uruguai (janeiro de 2023), Colômbia (julho), Paraguai (agosto) e Cuba (setembro) –, a reincorporação do Brasil à Comunidade dos Países Latino-americanos e Caribenhos-Celac (janeiro), a realização de uma reunião de alto nível de governantes sul-americanos (maio), a toma de posse na presidência rotativa pró-tempore do Mercosul (julho), a concretização da denominada Cúpula da Amazônia (agosto), bem como a reativação das relações diplomáticas com Venezuela – prévia missão de Celso Amorim a Caracas (março) –, erigem-se em evidência de mudanças significativas no que tange ao problema-objeto deste ensaio (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023b).

Além disso, ao interior do próprio Ministério das Relações Exteriores foi estabelecida uma Secretaria de América Latina e Caribe, encomendada à embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan. Ela é resultado da fusão de chefias que cuidavam separadamente das relações com a América do Sul, América Central, México e Caribe – situação que implicava algumas consequências geopolíticas. Acredita-se que essa nova Secretaria permitirá uma mais eficiente formulação e implementação de políticas para o conjunto da região em questão. Em outras palavras, trata-se dos alicerces de uma agenda de trabalho construtiva, identitária, solidária, republicana e transcendente, que vigorará ao menos pelo próximo triênio 2023-2025. Eis uma afortunada conjunção entre o sistema de causalidade (forças profundas) e o sistema de finalidade (homens de Estado), nos dizeres de autores como Jean-Baptiste Duroselle (2000).

No tocante aos eventuais desdobramentos da prioridade em favor da promoção do regime político democrático, as tendências apontam para um moderado otimismo, tanto em termos domésticos – isto é, dentro do próprio Brasil –, quanto em termos de inserção regional. Evidentemente, após a erosão da democracia observada até recentemente, a sociedade e o Estado brasileiro estão atualmente imersos em um delicado processo de renovação de suas instituições e valores democráticos. Falta muito trabalho para conseguir elevar a qualidade da democracia existente, passando de um desempenho médio para outro elevado, conforme observado em outros países do continente e do mundo.

De modo correlato, é provável que no futuro a política externa brasileira se engaje de forma mais intensa no reforço da credibilidade e efetividade das cláusulas democráticas que já existem em agrupamentos como o Mercosul, e em menor medida também na Unasul, Celac, Otca, ou OEA; além da Comunidade Ibero-americana ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Salvo melhor interpretação, seria desejável que as autoridades brasileiras procurassem elevar a densidade do diálogo político, da cooperação técnica, os vínculos econômicos e as relações culturais e sociais com os governos democráticos. Essas contribuições em favor do enraizamento e da resiliência democrática no continente certamente serão bem-vindas sob a perspectiva da não-indiferença, e não poderão ser consideradas como inamistosa ou hostil intromissão nos assuntos internos de outros Estados (VIEIRA, 2023b).

Já no que diz respeito a países com governos de orientação autoritária do continente, quando for recomendável, seria interessante evitar transparecer a percepção de benevolência, condescendência ou amparo. Mesmo reconhecendo-se a existência de razões de Estado e até razões de sistema internacional, ao menos no tocante ao relacionamento com países

da vizinhança poderiam ser apresentadas alternativas críveis para aberturas e transições político-sociais de orientação democrática. Em termos operativos, isso poderia traduzir-se em alguma iniciativa para sensibilizar os governos de Caracas e Manágua, principalmente, a reconquistar a senda pluralista, republicana e representativa em seus respectivos regimes políticos.

Concomitantemente, parece ser necessário continuar a monitorar e eventualmente pronunciar-se contra de lideranças, movimentos ou partidos extremistas, antidemocráticos e autocratizantes – sejam de direita ou de esquerda – eventualmente presentes em países latino-americanos. Trata-se de evitar uma reativação da onda de autocratização já observada em outras partes do planeta, principalmente no mundo afro-asiático e até em países ocidentais. Uma comunicação mais eficiente entre autoridades políticas, diplomatas, acadêmicos, sociedade civil e outros atores com vínculos e interesses nessas questões poderia ajudar muito no desenho de estratégias nacionais sobre o assunto (HAGGARD; KAUFMAN, 2021).

Em suma, tendo experimentado até recentemente um grave e perigoso processo de erosão do regime, pressupõe-se que, ao menos em termos macrorregionais, o atual governo brasileiro continuará colocando crescente atenção na defesa e promoção da democracia latino-americana e caribenha. O assunto é importante e algumas vezes polêmico, como foi observado por ocasião da recente reunião de presidentes da América do Sul, especialmente pelos afagos concedidos pelo mandatário brasileiro ao seu homólogo venezuelano. Tal situação derivou em pesadas críticas e altos custos políticos internos e externos ao presidente Lula (PRAZERES, 2023).

No que diz respeito ao devir da prioridade concedida ao tema ambiental na agenda da política externa e inserção internacional brasileira, os cenários prospectivos são menos claros ou mesmo conclusivos. Acontece que nessa temática, certamente relevante e incontornável, o enfoque do governo lulista enfrenta resistências domésticas muito poderosas, principalmente no parlamento (NOGUEIRA, 2023). Trata-se de uma situação que impede um posicionamento mais ambicioso ou desejável. Assim sendo, o cenário prospectivo mais plausível sugere um cauto otimismo ou mesmo uma situação de evolução inercial, com a manutenção das regularidades – positivas e problemáticas – observadas na última década. Porém sem um salto qualitativo verdadeiramente significativo (BBC BRASIL, 2023).

Nessa perspectiva, somente uma forte mobilização popular de atores internos e alguma colaboração da comunidade internacional teriam a capacidade de modificar a conjuntura atual e estimular uma verdadeira mudança na mentalidade exploratória e patrimonialista ainda vigente em certos estratos da classe dirigente e de poderosos grupos de interesse, principalmente na região amazônica e outros biomas semelhantes (LACERDA, 2023). Evidentemente, tal situação compromete bastante as reivindicações brasileiras e de outros países vizinhos em foros internacionais, além de atrasar a ratificação de acordos comerciais e de transferência de tecnologia – eis o caso específico do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (BRANDÃO, 2023; DW, 2023a). Por último, porém não menos importante, esse cenário resultará em imprevisíveis efeitos societais e mesmo civilizacionais no médio e longo prazo.

Considerações finais

A análise dos cem primeiros dias de um governo geralmente é importante para identificar as prioridades, os posicionamentos, as continuidades, mudanças e rupturas na agenda de trabalho e as diretrizes para o mandato. Evidentemente, esse período inicial de um governo também é relevante no tocante às iniciativas na área de política exterior e inserção internacional, mormente na região mais próxima ao Estado em questão. Para os fins do presente ensaio de interpretação, interessa auscultar os primeiros cem dias da política externa brasileira para a América Latina e seus eventuais desdobramentos em termos de cenários prospectivos, com foco nos temas da promoção do regime democrático e do meio ambiente. Entende-se que ambos os temas são de crucial relevância para a inserção brasileira no continente e no mundo na atualidade e nos próximos anos.

Com relação ao primeiro tema supracitado, até recentemente, a maioria dos principais centros de pesquisa especializados na questão da evolução dos regimes políticos e assuntos conexos consideravam, em publicações e relatórios altamente conceituados, que o Brasil atravessava por um processo de erosão da democracia. Alertava-se que, cedo ou tarde, essas tendências negativas poderiam acabar transformando o país em um regime autocrático, híbrido ou iliberal. Concomitantemente, resultados igualmente adversos se apresentavam no plano relativo às relações internacionais, com um crescente isolamento político-diplomático, econômico e estratégico do governo anterior. Destarte, para além de escolher os futuros governantes da nação, as eleições de outubro de 2022 se transformaram em um evento crítico, já que se deveria decidir – indiretamente – sobre o regime político. Nessa perspectiva, a eleição de Lula, Alckmin e a frente ampla de centro-esquerda representou um alívio e uma esperança, quer em termos domésticos, quer na maioria dos atores da comunidade internacional, principalmente naqueles com vínculos e interesses na região latino-americana e caribenha (MILANI; IVES, 2023).

Mesmo assim, os primeiros cem dias do novo governo de Brasília, em retrospectiva, foram bastante complexos, com máxima tensão durante os dramáticos fatos do dia 8 de janeiro de 2023, que muitos analistas consideraram como uma verdadeira tentativa de abolição violenta do Estado democrático, impulsionada por cidadãos que não aceitavam os resultados das urnas. Em outras palavras, tratou-se de uma tentativa de autocratização, pela via da insurreição e um eventual golpe cívico-militar-policial (CONGRESSO NACIONAL, 2023). Tudo isso sem esquecer os graves problemas econômicos, sociais, culturais e sanitários herdados do recente cenário pandêmico (CORREIA, 2023).

No tocante especificamente ao problema-objeto deste ensaio, nesse primeiro semestre do novo governo identificou-se um esforço político-diplomático orientado ao reestabelecimento do diálogo, da cooperação e da solidariedade intrarregional, tanto em termos bilaterais quanto multilaterais. Isto é, uma nova agenda de trabalho com o conjunto das sociedades e Estados latino-americanos. Essa agenda de trabalho foi aprimorada institucionalmente com o competente trabalho do chanceler Mauro Vieira (2023a), com as contribuições da embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan – chefe da Secretaria de América Latina e Caribe – e do ex-ministro e assessor presidencial Celso Amorim. Todos eles diplomatas com longa trajetória e conhecimento da política externa brasileira e das relações internacionais da América Latina.

A análise das fontes consultadas corrobora que a promoção da democracia e a defesa do meio ambiente se erigiram em temas particularmente relevantes nessa agenda inicial de trabalho de política externa. De fato, ambos os assuntos tiveram repercussões domésticas e internacionais – daí que, na literatura acadêmica, sejam frequentemente considerados como temas *intermésticos*. Assim sendo, uma avaliação preliminar acerca dos resultados operativos alcançados em ambas as temáticas – promoção da democracia e defesa do meio ambiente – é positiva, sobretudo quando comparada à desalentadora situação herdada da gestão presidencial anterior (GONÇALVES, 2023).

Todavia, não é possível ignorar ou desdenhar de percalços, contradições, descompassos e críticas internas e externas em relação a determinadas declarações públicas do mandatário brasileiro. Com efeito, algumas declarações de Lula, principalmente em relação ao regime político venezuelano, consideradas benevolentes, contemporizadoras ou ingênuas em excesso, acabaram provocando altos custos políticos internos, bem como enérgicas reações de lideranças políticas estrangeiras – até mesmo dos governantes do Uruguai (direita), Chile (esquerda) e Guiana (social-democrático). Nesse caso, talvez seria mais proveitosa uma contribuição orientada a sensibilizar a elite política de Caracas e incentivar uma redemocratização daquele país vizinho e tradicionalmente amigo de Brasília (VIEIRA, 2023b).

Conclui-se, portanto, que durante os primeiros meses do terceiro mandato de Lula da Silva o Brasil esteve no meio de um importante processo de reorganização político-social e institucional. Sob o ponto de vista da análise de política externa, essa renovação societal é importante para reverter a erosão da democracia observada até recentemente. Além disso, ela incide na inserção internacional do país. Portanto, ainda que não isenta de contradições, claro-escuros e algumas críticas construtivas, não cabe dúvida de que o cenário prospectivo é positivo e mesmo alvissareiro, quer para as autoridades

político-diplomáticas de Brasília, quer para outros atores com vínculos e interesses na temática – e até mesmo para o conjunto dos povos e Estados latino-americanos.

Referências

- BBC BRASIL. As críticas de políticos e personalidades a derrotas do governo Lula em pautas ambientais. **BBC NEWS Brasil**. Londres, 25 mai. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cl52k9lv3nqo>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BBC BRASIL. Lula eleito: líderes mundiais parabenizam petista por vitória na eleição. **BBC NEWS Brasil**. Londres, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451626>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BELÉM LOPES, D. A nova política externa brasileira. **Nexo Políticas Públicas**. São Paulo, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://pp.nexo-jornal.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BORGES, F. Da política externa da destruição ao retorno da integração. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, n. 191, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BRANDÃO, N. “UE espera resposta do Mercosul sobre compromisso ambiental”. **Deutsch Welle**. Berlim, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Governo Federal, 1998.
- BRAUN, J. Como destruição do Cerrado é ofuscada por ‘prioridade’ à Amazônia. **BBC NEWS Brasil**. Londres, 11 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- CONGRESSO NACIONAL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. Relatório Final. **Governo Federal**. Brasília, 17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- CORRÊA, F. 100 dias de Lula 3: desafios até agora e que estão por vir. **Deutsche Welle**. Berlim, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- DOMÍNGUEZ, C. Lula’s guayaberas and the recomposition of relations with the region. **Latinoamérica 21**. Madri, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- DUROSELLE, J. B. **Todo império perecerá: Teoria das relações internacionais**. Brasília: Edunb, 2000.
- DW. Lula recebe Von der Leyen e rebate novas demandas ambientais. **Deutsch Welle**. Berlim, 12 jun. 2023a. Disponível em: <https://www.dw.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- DW. Lula promete zerar desmatamento ilegal na Amazônia até 2030. **Deutsch Welle**. Berlim, 6 jun. 2023b. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- GABINETE DE TRANSIÇÃO. Brasil será exemplo para o mundo na questão climática, diz Alckmin em plenária do GT de Meio Ambiente. **Governo Federal**. Brasília, 8 dez. 2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- GABRIEL, J. Entenda o esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2 jun. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- GODET, M. **De la anticipación a la acción**. Bogotá: Alfaomega, 1996.
- GONÇALVES, M. Lula 3 busca equilíbrio entre novo cenário global e questões internas para avançar agenda de política externa. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. **Backsliding: Democratic Regress in the Contemporary World**. Nova York: Cambridge University Press, 2021.
- IORIS, R. Dança diplomática de Lula não é novidade para o Brasil – o que mudou foi o mundo ao seu redor. **Interesse Nacional**. São Paulo, 29 mai. 2023. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- KAUPPI, M.; VIOTTI, P. **International Relations Theory**. 6a ed. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2019.
- LACERDA, L. ONGs pedem urgência e articulação política para plano contra desmatamento na Amazônia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- LATINOBAROMETRO. **Informe 2023**. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro, 2023.
- LIMA, T.; DIAS, A. Brasil e a Cúpula da Amazônia: clima, combate à fome e a agroecologia. **Latinoamérica 21**. Madri, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. A third wave of autocratization is here: what is new about it? **Democratization**. Londres, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, 2019.

LULA DA SILVA, L. I. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do Debate Geral da 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU - Nova York, 19/9/2023. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, 19 set. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LULA DA SILVA, L. I. Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional. **Gabinete da Transição**. Brasília, 1 jan. 2023b. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LULA DA SILVA, L. I. Discurso do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, na diplomacia. **Gabinete da Transição**. Brasília, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MILANI, C.; IVES, D. A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. **CEBRI-Revista**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 127-146, 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Garantia do processo de transição na Guatemala. Nota à Imprensa N. 425. **Governo Federal**. Brasília, 2 out. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Consenso de Brasília. Nota à Imprensa N. 217. **Governo Federal**. Brasília, 30 mai. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Organização da COP-30 no Brasil. Nota à Imprensa N. 207. **Governo Federal**. Brasília, 26 mai. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MODELLI, L. “Perda de água é alerta para as mudanças climáticas”. **Deutsch Welle**. Berlim, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NOGUEIRA, C. Câmara aprova marco temporal, em derrota para o governo Lula. **UOL**. São Paulo, 30 mai. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PONTES, N. Os desafios do novo governo Lula na área ambiental. **Deutsch Welle**. Berlim, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PRAZERES, L. As críticas de presidentes de esquerda e direita às falas de Lula sobre Venezuela. **BBC NEWS Brasil**. Londres, 30 mai. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RAMANZINI, H.; FARIAS, R. S. **Análise de Política Externa**. São Paulo: Contexto, 2021.

SCHWARTZ, P. **The Art of the Long View: Planning for the Future in an Uncertain World**. Nova York: Currency, 2012.

SOARES, J. P. Marina Silva em rota de colisão com a Petrobras. **Deutsch Welle**. Berlim, 2 abr. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SUPPO, H. Os desafios do Brasil diante das transformações globais. **Cadernos Adenauer**. Rio de Janeiro, v. XXIII, n. 3, p. 9-29, 2022.

TEIXEIRA, M.; MACHADO, R. Marina chama esvaziamento de ministério de ‘retrocesso’. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

V-DEM. **Democracy Report 2023**. Defiance in the Face of Autocratization. Gotemburgo: University of Gothenburg e V-Dem Institute, 2023.

VIEIRA, M. Participação do Ministro Mauro Vieira na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. **Governo Federal**. Brasília, 24 mai. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VIEIRA, M. Apresentação inicial do Ministro Mauro Vieira em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. **Governo Federal**. Brasília, 11 mai. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Funções de colaboração exercidas

Carlos Federico Domínguez Avila:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Obtenção de financiamento; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Hugo Rogelio Suppo:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Supervisão; Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)